

# Abecedário de Riobaldo

Riobaldo from “A” to ...

Resenha de PORTO, Renan. *Políticas de Riobaldo: a justiça jagunça e suas máquinas de guerra*. Recife: CEPE, 2021.

Murilo Duarte Costa Corrêa\*

Tendo escrito uma tese sobre a memória em Henri Bergson – aquele judeu intuitivo finalmente convertido ao universalismo (*pero no mucho*) cristão para quem a memória era tudo, menos uma lembrança do vivido –, eu mesmo me sinto nietzschiano ao extremo. Minha consciência abriga uma força de apagamento tão brutal que sou capaz de esquecer praticamente tudo – exceto o extemporâneo.

Por esses dias, dei de reler *Políticas de Riobaldo: a justiça jagunça e suas máquinas de guerra* – livro do poeta e pesquisador matreiro Renan Porto. O texto de Renan me assombra não pela sua presciência, mas pela sua permanente extemporaneidade – que é também o sinal de sua urgente atualidade. Li-o em uma primeira versão na sua qualificação em 2017 – temerário ano; depois, em fevereiro de 2019, em sua versão final, sob orientação do parceiro e amigo Alexandre Mendes – bolsonário ano; e recentemente, no final de 2021, com uma nova introdução e prefácio de Silviano Santiago.

*Políticas de Riobaldo* é, para mim, um emaranhado de três coisas que se encontram. Literalmente, formam uma Terceira Margem; instalam um Porto no meio do sertão:

(1) É um pequeno tratado de emenda e correção do intelecto;

(2) É uma exploração expansiva dos limites do movimento *Law & Literature* – sem ceder aos americanismos cacetes do que se pretende *critical* e *legal* ao mesmo tempo;

(3) É uma teoria da justiça, da ação política e da liberdade jagunças – que rememora em sentido forte (não como lembrança, mas como dever) que “o sertão é o mundo”, mas também que “o jagunço é o sertão”. Há, portanto, uma teoria da subjetivação e do sensível sem a qual uma cosmologia sertaneja não poderia se articular.

E essas três coisas que alinhavo, e se conjugam no processo do livro, vão devindo muitas outras – justamente porque elas se emaranham transformando-se reciprocamente. Seu enovelamento faz desse texto uma peça de classe mundial. Tentemos sintetizar algo de maneira parcelar, e na forma de



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.

\*

\* Professor Associado de Teoria Política. Vinculado ao Departamento de Direito de Estado e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas (UEPG). Fez estágio de pós-doutorado na VUB (Bélgica). Doutor (USP) e Mestre (UFSC) em Filosofia e Teoria Geral do Direito. Escreveu, entre outros, *Filosofia Black Bloc* (Circuito/Hedra). Academia.Edu: <http://uepg.academia.edu/MuriloCorrêa>. E-mail: [murilodccorrea@gmail.com](mailto:murilodccorrea@gmail.com).

algumas poucas teses, ou de um abecedário – rápido como corre um rio:

A. Em *Políticas de Riobaldo*, GSV não é um objeto a ser analisado por um sujeito, mas um campo experimental em que sujeito e objeto se contraefetuem, se dissolvem mutuamente e indeterminam. Isso dispara séries de teses suplementares.

B. Se GSV não é um objeto, então Renan não é um sujeito de conhecimento. Este é um jeito de acenar dizendo “*Adieu, Herr Kant!*”. Não se trata apenas de captar uma outra noção de justiça, que não passe pelo juízo, mas de derrubar os frutos apodrecidos da própria teoria do conhecimento Ocidental (essa forma de particularismo com pretensões universais). A revolução copernicana agora é aquela em que *a terra gira em torno do solo!* Longe de isto constituir uma proposição terraplanista; é uma afirmação da *imanência absoluta...*

C. Na medida em que GSV é um campo experimental, a literatura predispõe as condições da experiência na qual Renan se deixa arrastar, até formar com ela uma parte da paisagem – o jagunço é o sertão e o sertão é o jagunço.

D. Mas a literatura não tem, neste mundo, privilégio algum. Ela é um disparador de mundos como qualquer outro: como a filosofia política, a ética, a ontologia, a antropologia, as técnicas, o arcaico, a linguagem também são... Então, o texto de Renan não é “interdisciplinar”, nem “transdisciplinar”, mas a constante reticulação de problemas, tensões, conflitos, caminhos divergentes em que – como para Simondon – conhecer e operar com o que se conhece são uma e mesma coisa.

E. Este gesto – indisciplinar e rizomático (ou *micelar*, para dizer como Ingold) – já

é um tratado da correção do intelecto 2.0 que usa a bricolagem como tensor proliferante e direção intuitiva. Nem mesmo a beleza do “encontro fortuito sobre uma mesa de dissecação, de uma máquina de costura e um guarda-chuva” – na formulação de Lautréamont – é páreo para este “encontro fortuito sobre uma filosofia da justiça, de um GSV e um Anti-Édipo”. Ele resulta na instauração de um pensamento não-domesticado pela forma-Estado que, selvagem à *la Pierre Clastres* – entregue à sua própria consistência de alianças e querelas –, cria uma máquina de guerra que permanece exterior a ele.

F. Que este encontro de bricolagem tenha se dado nos estertores da filosofia do direito (de tradição liberal) e do Direito e Literatura (de tradição crítica), é sinal de que se tratava de criar um *outro* conceito de justiça e um *outro* conceito de crítica – que, Renan lembra bem, para Deleuze é sinônimo de criação. E para isso, seria preciso um pensamento selvagem, não-domesticado, nômade, em que o que se produz não é um simples acoplamento entre heterogêneos (seguido de gritinhos neoidentitários impotentes de “Viva o múltiplo!”), mas o “encontro fortuito” – eis o essencial da fórmula de Lautréamont, e do pensamento selvagem de Lévi-Strauss relido por Eduardo Viveiro de Castro. É o encontro fortuito e transversal, mais do que a heterogeneidade predisposta dos elementos, que abre sua relação de outra forma impensável na direção do devir. É a alteridade que Renan não deixa virar idêntico. Cito:

[...] é a presença da diferença, do contraste, da distinção. Aquilo que rompe com meu ‘mesmo’ e me coloca diante do que é ‘outro’. É arrombamento do estrangeiro nas paredes da minha identidade. Como ser hospitaleiro com os mistérios da aventura de um encontro e não ver o que lhe há de estranho como pura ameaça? Como permitir a liberdade daquilo que não é continuidade do meu mundo?

Imaginando o pensamento como território, a alteridade me desterritorializa e me reterritorializa em outro lugar. Me arranca as raízes com terra e tudo e me joga no mar. Me deixando boiar até uma terra nova.<sup>1</sup>

G. Renan – como já disse, poeta matreiro –, atento à composição poética do conceito, segue sua dimensão intuitiva como o rastro fresco de um bicho na mata, e fornece talvez a definição mais sintética e complexa de devir que já li: “O devir, que é abertura do ser para a variação no tempo [...]” (p. 38). O “que”, deste enunciado, é a bala de prata – retoma o devir como conjunção, como relação recombinante, e a um só tempo implode a substância (o Ser) e o reconcilia com a abertura, a variação, a duração bergsoniana. Se Rosa consegue contraefetuar a linguagem cotidiana, Renan usa Rosa para contraefetuar a linguagem filosófica e bem-pensante das academias que se acostumaram a pensar *nonadas* que façam a terra tremer.

H. Nada disso é metafísico. Renan não quer fazer escola, nem filosofia. A experiência da consciência de Renan reduplica a de Riobaldo e, num duplo movimento, tanto a dilata quanto se vê dilatada por ela. O livro é uma profusão variada de problemas concretos que não cessam de exigir deslocamentos de sensibilidade – e, daí, sim, novas poéticas para os conceitos. A literatura, como campo experimental, como disparadora de mundos em que fabulação e real se recombina e expandem, não é nem material a ser interpretado, nem campo transcendental a ser percorrido. Ela reabre as condições poéticas da experiência. E, neste ponto, Renan fabrica um anti-Kant: não é o sensível que se sustenta na universalidade *a priori* das condições transcendentais – é o sensível que dispara novas e moduláveis

condições transcendentais para universos de liberdade. E é isto o sertão, que é o jagunço: um *sujeito-paisagem*, e uma *paisagem-sujeito*. Ser-ambíguo que distribui universos entre o ser-fazendeiro (o *nómos* da terra) e o devir-jagunço (a terra do *nómos*).

I. GSV, então, é imediatamente um campo experimental extramoderno em que o justo, a liberdade, o crime, o juízo, a violência, a lei não apenas mudam de figura – tornam-se figuras mutantes, que cintilam com a variação de uma paisagem subjetiva, com os deslocamentos dos bandos, o *frenesi* da guerra, os antagonismos coronelistas, a indecidibilidade da própria vida.

J. É isto um empirismo sertanejo: não uma *droguerie* reconfortante, uma memória arcaica de um Brasil profundo, mas um *antídoto* ambíguo, cravejado de perigos, para o que o *hoje* tem de intolerável: seu código de pensamento, seu romantismo decolonial que vende como pãezinhos, o arcaico que habita o moderno – e o moderno que coloniza o arcaico nas sociedades de controle que Renan descreve –, os possíveis codificados, os conceitos políticos *prêt-à-penser*, as performances inesgotavelmente reativas que precisamos esgotar – porque elas não desenvolvem nenhum virtual!

K. A liberdade aparece como um problema que se distribui tanto no nível das representações, quanto se articula no nível do hábito – e é nesse sentido que este livro é um pequeno tratado de correção do Intelecto Geral. Quando a formalização do Estado e da guerra produzem uma codificação das formas de pensar e um reativismo generalizado nas formas de agir politicamente; e quando o arcaico do coronelismo (a violência das milícias) se cruza com o

<sup>1</sup> PORTO, *Políticas de Riobaldo*, p. 118.

moderno dos controles (a disciplina difusa do capitalismo de vigilância) conformando o proceder, o problema da liberdade precisa ser endereçado nos níveis que subjazem à representação e ao hábito. É preciso reencontrar, como faz Renan, o pensamento sob as representações; e a ação sob a reação e o hábito. Mas, mais profundamente, retomar a linha do desejo: a atração diabólica de Riobaldo. O pacto que Riobaldo não tem certeza de ter feito com aquele que tem muitos nomes – insabível, irrepresentável, inconsciente e virtual. Mas também a polimorfia do desejo que se desenvolve *entre* Riobaldo e Diadorim.

[...].

Paro na tese K, de Kafka, que também comparece naquilo que sua literatura tem de *menor* – o piolhar de povos a inventar em uma língua bastarda. Eu poderia

fazer um Abecedário das teses que vejo voar em minha direção, como balas, quando folheio este livro de Renan. Eu paro por aqui porque gostaria sinceramente que vocês, que nos vêem/ouvem/lêem, também fossem alvejados por elas em breve. Não há colete que resista aos buracos que Renan deixou para sempre no campo transcendental, no sujeito e no objeto kantianos, nos textos de *Law & Literature*, nas teorias políticas e da justiça liberais ou comunitárias... *As políticas de Riobaldo...* tratam de outra coisa; de um real que *violenta* a pensar. E “pensar” – deixo o último tiro por conta de Renan: “é experimentar no próprio corpo o poder de uma ideia e ser capaz de avaliar seus usos”<sup>2</sup>. É no meu corpo que eu experimento o poder da ideia de uma justiça jagunça – resta-nos avaliar seus usos.

---

<sup>2</sup> PORTO, *Políticas de Riobaldo*, p. 55.